

## **O ENSINO DE POLÍTICA EDUCACIONAL NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE BRASILEIRO**

Marli Clementino Gonçalves – UFPI, E-mail  
[marliclementino@yahoo.com.br](mailto:marliclementino@yahoo.com.br)

Maria Clara de Sousa Costa – UFPI, E-mail  
[mcsousa.co@gmail.com](mailto:mcsousa.co@gmail.com)

Queiza Larissa Gomes de Oliveira, UFPI, E-mail  
[queiza.gomes@gmail.com](mailto:queiza.gomes@gmail.com)

### **Introdução**

Esta pesquisa investigou a área de Política Educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia do Nordeste brasileiro, com foco nos componentes Legislação, Organização e Coordenação da Educação. O objetivo da pesquisa foi analisar os componentes curriculares do ensino em política educacional e relacionar às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores.

O estudo foi desenvolvido mediante análise documental dos Projetos Político-Pedagógico (PPP) dos cursos de pedagogia das Instituições de Ensino Superior do Nordeste Brasileiro, bem como os planos de disciplinas da área de política educacional dessas instituições. A escolha metodológica pela pesquisa documental para pesquisa traz uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciência humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Assim, este trabalho contribui para a ampliação dos estudos de natureza teórica oferecendo uma leitura sobre esta temática.

### **Desenvolvimento**

A análise de Políticas Educacionais no Brasil ainda é escassa. É necessário ampliar o diálogo, por meio de abordagens e referenciais analíticos, a fim de se expandir as bases teóricas. Contudo, o panorama de debate sobre Políticas Públicas e Políticas Educacionais é um campo de estudo em permanente construção e expansão, (MAINARDES, 2009). Segundo o autor, os trabalhos realizados nessa área de pesquisa no Brasil, nos últimos anos, podem ser divididos em dois grandes grupos distintos: “a) estudos de natureza teórica sobre questões mais amplas e abrangentes do processo de

formulação de políticas [...] b) análise e avaliação de programas e políticas educacionais específicas.” (MAINARDES, 2009, p.6).

O ensino de política educacional nos cursos de Licenciatura em Pedagogia é um desafio, considerando a complexidade do processo educativo, bem como, a área específica de atuação desses profissionais nos anos iniciais e na gestão da educação. Para Moreira & Lulianelli (2017) a inclusão dessa área na formação inicial de professores, para além de sua participação como executores, permitiria seu envolvimento como cidadãos ativos, atuando de forma autônoma em sua formulação e controle. No contexto das reformas que têm caracterizado o cenário brasileiro nos últimos tempos, o ensino de Política Educacional assume papel determinante na construção, ou não, de uma sociedade mais democrática.

A sistematização dos dados dos PPPs, constataram que as disciplinas que discutem a legislação educacional são trabalhadas no componente Legislação ou Estrutura/Organização e Funcionamento da Educação. Com base nisso, foi analisado como se apresentam essas disciplinas dentro do fluxograma geral dos cursos de Pedagogia das instituições estudadas, levando em consideração a nomenclatura, carga horária e ementa.

Historicamente a nomenclatura desse componente está associada à forma como é discutida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. A exemplo da LDB, Lei 5692/71 na qual o componente é tratado como Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus. Independente da nomenclatura foi possível depreender que este componente discute a Política Educacional, explicitando a trajetória das Constituições Federais, a organização educacional brasileira até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/1996, em vigor.

Apenas a UFPI e a UFPB, apresentam a disciplina onde cita em sua nomenclatura o termo Legislação, denominada de Legislação e Organização da Educação Básica. Em relação a carga horária, a maioria das instituições estabelecem 60 horas para o estudo desse componente, havendo somente a UFC com 64hrs e a UFPB 45hrs.

O componente de Organização e Coordenação Pedagógica também foi sistematizado da mesma maneira. Em 5 das 9 instituições pesquisadas há a oferta do componente de Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. Quanto a nomenclatura, diferentemente do componente de Legislação, esse componente aparece quase que de forma homogênea, apresentando carga horária semelhante, assim como, nomenclatura. A única exceção é a UFAL que traz uma nomenclatura diferente, e uma carga horária superior a demais instituições.

Outra análise feita foi sobre as bibliografias discutidas nos componentes de política educacional, identificando os autores e obras que mais se repetem. O critério para essa sistematização foi a repetição mais de uma vez, dentre as universidades pesquisadas, no mesmo componente. A obra de Oliveira & Adrião (2007) “Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades” aponta como a bibliografia mais frequente nos planos das disciplinas do componente de Legislação/Estrutura/Organização e Funcionamento da Educação das instituições pesquisadas, aparecendo 6 vezes ao total. Seguida da obra de Brezeszinski (2008) “LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares” que aparece 5 vezes ao todo dentro do componente. Em seguida outras obras que também se repetem são a de Cury (2000) “Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos”; Libâneo (2012) Educação Escolar: políticas, estrutura e organização”; e Brzezinski & Severo (2007) “LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam”, todas elas aparecem 2 vezes dentre as demais bibliografias utilizadas nas disciplinas deste componente.

Foi possível identificar também, que a obra de Veiga (1998) “Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível”, é a referência que aparece com mais frequência no componente Organização e Coordenação do Trabalho Educativo. A obra de Tardif (2005) “O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas e Veiga (1998) “Escola: espaço do projeto político-pedagógico” estão logo em seguida com 3 repetições no componente cada uma. Por fim, as obras de Tardif (2002) “Saberes docentes e formação profissional”; Veiga (2001) “As dimensões do projeto político-pedagógico” e Libâneo (2001) “Organização

e Gestão da Escola: teoria e prática” são as que também se repetem no componente dentre as instituições pesquisadas, aparecendo 2 vezes cada uma.

### **Conclusão**

Foi possível constatar quais componentes curriculares que integram a formação dos pedagogos nesta área de formação, são eles: Legislação/Estrutura/Organização e Funcionamento da Educação, Gestão de Sistemas e Unidades Escolares, Organização e Coordenação do Trabalho Educativo, Política Educacional ou Políticas Públicas e Educação, Financiamento da Educação e Estágio em Gestão e Coordenação Pedagógica.

Após a análise dos dados, é possível inferir que a inserção das disciplinas relacionadas a política educacional, na formação de educadores segue as determinações legais exigidas. O mapeamento das referências utilizadas indicam uma relativa unidade quanto aos autores estudados na área de política educacional, especialmente no componente de Legislação/ Estrutura e Funcionamento de Ensino, mas evidencia também uma diversidade de referências utilizados nos demais componentes.

### **Referências**

AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez. 2001.

SÁ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D. de. GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I – jul. 2009.

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo acadêmico da política educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, Recife, n.1, jan/jun. 2016.